

DESPACHO

**PROCESSO Nº 6110.2019/0005914-7**  
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2019/0005914-7em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 3ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 128/2019 – AHM.G/SUP, publicada no DOC de 28/08/2019, página 24, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

RETIRRATIFICAÇÃO

**PROCESSO Nº 6110.2020/0003446-4**  
I - À vista dos elementos constantes no processo administrativo em tela, em especial, a manifestação da Gerência de Suprimentos, do Núcleo de Licitações e da Assessoria Jurídica, que acolho, AUTORIZO com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009 e diante da competência delegada pela Portaria nº 117/2018-AHM.G da Autarquia Hospitalar Municipal, a RER-RATIFICAÇÃO, do Despacho Autorizatório, publicado no DOC edição de 10/03/2020, página 31, nos seguintes termos:  
Onde se lê:  
“(…) AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº083/2020, para o registro de preços de 192 unidades de máscara laringea nº 04 siliconizada descartável (item 01) (…).”  
Leia-se:  
“(…) AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº083/2020, para o registro de preços de 528 unidades de máscara laringea nº 04 siliconizada descartável (item 01) (…).”

DESPACHO

**PROCESSO Nº 6110.2019/0006216-4**  
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2019/0006216-4 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 3ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 128/2019 – AHM.G/SUP, publicada no DOC de 28/08/2019, página 24, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO

**PROCESSO Nº 6110.2019/0006238-5**  
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2019/0006238-5 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 3ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 128/2019 – AHM.G/SUP, publicada no DOC de 28/08/2019, página 24, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO

**PROCESSO Nº 6110.2019/0006205-9**  
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2019/0006205-9 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 3ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 128/2019 – AHM.G/SUP, publicada no DOC de 28/08/2019, página 24, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO

**PROCESSO Nº 6110.2019/0006193-1**  
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2019/0006193-1 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 3ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 128/2019 – AHM.G/SUP, publicada no DOC de 28/08/2019, página 24, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHOS DE ADIANTAMENTO

**6110.2019/0015078-0**  
Nos termos do disposto no Artigo 16, do Decreto nº 48.592 de 06 de Agosto de 2007, APROVO a prestação de contas do processo de adiantamento nº 6110.2019/0015078-0, do Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya, em nome de Eustáquio Martins Gomes Arouca, CPF 327.800.286-53, RF 574.172.6/3, referente ao período de Janeiro/2020, no valor total de R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais).  
**6110.2020/0000714-9**  
Nos termos do disposto no Artigo 16, do Decreto nº 48.592 de 06 de Agosto de 2007, APROVO a prestação de contas do processo de adiantamento nº 6110.2020/0000714-9, do Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria, em nome de Marli Felix de Souza, CPF 687.950.768-91, RF 600.219.4/1, referente ao período de Fevereiro/2020, no valor total de R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 018/2020 AO TERMO DE CONTRATO Nº 025/2016

**PROCESSO Nº: 6110.2017/0001050-0**  
CONTRATANTE: AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL  
CONTRATADA: OXY - SYSTEM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA  
OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ANESTESIA INCLUINDO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CALIBRAÇÃO E TESTES DE SEGURANÇA COM EMISSÃO DE CERTIFICADOS, PARA AS UNIDADES DA AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL.  
VALOR MENSAL: R\$ 117.037,98  
VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2020: R\$ 1.267.911,45  
VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2021: R\$ 136.544,31

Aos 13 dias do mês Março de 2020, na sede da Autarquia Hospitalar Municipal, situada na Rua Frei Caneca 1398/1402, - Bairro Consolação - São Paulo/SP, foi lavrada o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao TERMO DE CONTRATO nº 025/2016 visando à fixação dos valores mensais resultantes da aplicação do índice de reajuste previsto no Termo de Contrato ora Apostilado, nos termos que se seguem:  
1. Com base nas informações lançadas nos autos do processo identificado no preâmbulo, e considerando-se as disposições contidas na Portaria SF n.º 389/2017, publicada no D.O.C de 19/12/2017, o valor mensal do contrato passa a ser a partir de 06/02/2020, de R\$ 117.037,98 (Cento e dezessete mil, trinta e sete reais e noventa e oito centavos), resultante da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC - Fundação Instituto Pesquisas Econômicas – FIPE no percentual de 3,64%  
2. As despesas decorrentes deste reajustamento, no presente exercício, correrão por conta da dotação orçamentária 01.10.10.302.3003.2.507.33.90.39.00.

**DESPACHO**  
**Do Processo nº 6110.2017/0001050-0**  
À vista dos elementos constantes no presente processo administrativo e no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 13.271/02, alterada pela Lei Municipal nº. 14.669/08, regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 50.478/09, **AUTORIZO** a emissão de Empenho, no valor de R\$ 49.326,96 (quarenta e nove mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos), sendo o valor de R\$ 44.531,28 (quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos) para o exercício de 2020 e o valor de R\$ 4.795,68 (quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos) para o exercício de 2021, em favor da empresa OXY - SYSTEM EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA? – CNPJ: 58.763.350/0001-90, referente a reajuste do Termo de Contrato nº 025/2016 do período de 06/02/2020 a 05/02/2021, onerando à Dotação nº. 01.10.10.302.3003.2.507.33.90.39.00.

**DESPACHO**  
**Do Processo nº 6110.2020/0001512-5**  
À vista dos elementos constantes no presente processo administrativo e no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso IV, da Lei Municipal n.º 13.271/02, alterada pela Lei Municipal n.º 14.669/08, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 50.478/09, **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho no importe de R\$ 770,00 (Setecentos e setenta reais), em nome de André Luiz de Faria Rocha, CPF 869.852.561-04, para fazer face às despesas com Auxílio Funeral, nos termos do artigo 125º da Lei nº 8.989/79, regulamentada pelo Decreto nº 17.616/81, onerando a dotação 01.10.10.122.3024.2.100.3.3.9 0.08.00, assim como o cancelamento do saldo não utilizado da Nota de Empenho.

SERVIÇO FUNERÁRIO

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

**RESOLUÇÃO Nº 001/SFMSF/2020**  
**De 17 de março de 2020**  
**Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 24.000,00, de acordo com a Lei nº 17.253/19.**  
O Superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida no art. 13 da Lei nº 17.253 de 26 de dezembro de 2019, e no art. 24 do Decreto nº 59.171 de 10 de janeiro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Serviço Funerário do Município de São Paulo,  
RESOLVE:  
**Artigo 1º** - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), à seguinte dotação do orçamento vigente:  

CÓDIGO	NOME	VALOR
04.10.15.122.3024.2100	Administração da Unidade	
33900800.06	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	24.000,00

  
**Artigo 2º** - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:  

CÓDIGO	NOME	VALOR
04.10.15.452.3024.2100	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	24.000,00
31900800.06		24.000,00

  
**Artigo 3º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO DE CEMITÉRIOS

**DIVISÃO DE REGISTRO E CONTROLE DE CONCESSÕES**  
Exumações – **Autorizadas**  
**6410.2017/0005287-5** Maria Julia do N. Rocha  
**6410.2018/0012360-0** Cecília Ribeiro Garcia  
**6410.2019/00005206-2** Paulo Luiz Mendonça e outros  
**6410.2019/0014617-2** Sonia Maria C. Labate e outra  
**6410.2020/0003763-4** Carla Fernandes Maia e outra  
**6410.2020/0003761-8** Ki Hwa Park  
**6410.2020/0003760-0** Gregorio V. F. Dastoli  
**6410.2020/0003759-6** Joaquim Eikem Nagata  
**6410.2020/0003758-8** Carla Fernandes Maia  
**6410.2020/0003757-0** Elizabeth A. Navarro Gonçalves  
**6410.2020/0003756-1** Fabio Lux T. dos Reis  
**6410.2020/0003728-6** Angelita Maria do B. Correa  
**6410.2020/0003745-6** Eliane Cristina D. Pereira  
**6410.2020/0003724-3** Alessandra Neves do Nascimento  
**6410.2020/0003725-1** Cidália Correa  
**6410.2020/0001141-4** Liliana Prieto Rodriguez  
**6410.2020/0001138-4** Claudio Aires Orphanake  
**6410.2020/0003722-7** Manhei Arakake  
**6410.2020/0003741-3** Sandra de Carvalho Emidio e outra  
**6410.2020/0003742-1** Rogerio Martins Chaves  
**6410.2020/0003719-7** Ricardo Bessa Lourenço do Poço  
**6410.2020/0003705-7** Solange Deliberador  
**6410.2020/0003785-5** Marcia Alves Mattos e outro  
**6410.2020/0001144-9** Sueli Maria M. Penna  
**6410.2017/0002738-2** Ana Maria de O. Masqueto e outros  
**6410.2019/0016616-5** Ricardo Luiz C. Jacoto  
**6410.2020/0002436-2** Valdir Ribeiro  
**6410.2020/0003816-9** Maria Cecília R. de Moraes  
**6410.2020/0003786-3** Celia Braidatto Zapparolli  
**6410.2020/0003650-6** Lenice Rodrigues Chiamulera  
**6410.2020/0003714-6** Ivo Almeida dos Santos  
**6410.2020/0003769-3** Maria do Carmo da Silva  
**6410.2020/0003796-0** Isabel Brasileiro dos Santos  
**6410.2020/0003798-7** Antonio Carlos Vieira dos Santos  
**6410.2020/0003812-6** Kishica Mibe Novais  
**6410.2020/0003272-1** Maria de Jesus Gouveia  
**6410.2020/0003732-4** Walter Bussamara  
**6410.2020/0003305-1** Marinalva Ávila de Campos  
**6410.2020/0003726-0** Neide Aparecida da Silva Maranhão  
**6410.2020/0003831-2** Claudia Regina Martins Santos  
**6410.2020/0003828-2** Nancy de Camargo Zapater  
**6410.2020/0000615-1** Edison Arisa Pereira  
**6410.2020/0003833-9** Domingos lannace  
**6410.2020/0003789-8** Izaura Kellis do Carmo  
**6410.2020/0003790-1** Maria Pompea Resende Pires  
**6410.2020/0003727-8** Maria Madalena Rodrigues Lima da Silva

MOBILIDADE E TRANSPORTES

GABINETE DO SECRETÁRIO

**PORTARIA SMT.GAB nº 077, de 17 de março de 2020**  
EDSON CARAM, Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 57.867, de 12 de setembro de 2017;  
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 1º e 8º da Lei nº 12.490, de 3 de outubro de 1997, e no artigo 8º do Decreto nº 58.584, de 20 de dezembro de 2018;  
CONSIDERANDO o Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;  
CONSIDERANDO que a ação de suspensão do rodízio municipal de veículos consta como Plano de Ação da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes,  
RESOLVE:  
Art. 1º Suspender, a partir do dia 17 de março de 2020, inclusive, e por tempo indeterminado, a execução do “Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores”, autorizado pela Lei nº 12.490, de 3 de outubro de 1997, e regulamentado pelo Decreto nº 58.584, de 20 de dezembro de 2018.  
Art. 2º O “Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores Pesados, do tipo caminhão”, autorizado pela Lei nº 14.751, de 28 de maio de 2008 e regulamentado pelo Decreto nº 58.584, de 20 de dezembro de 2018, está mantido.  
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
**PORTARIA SMT.GAB nº 078, de 17 de março de 2020**  
EDSON CARAM, Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 57.867, de 12 de setembro de 2017;  
CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;  
CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de complementação do referido decreto, quanto ao funcionamento da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, da Companhia de Engenharia de Tráfego e da São Paulo Transporte S/A,  
RESOLVE:  
Art. 1º Fixar as regras de funcionamento das diversas unidades da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e da São Paulo Transporte S/A – SPTrans, em razão da situação de emergência declarada no Município de São Paulo, nos termos desta Portaria.  
Parágrafo único. Todas as medidas tomadas pela CET e pela SPTrans, nos termos desta Portaria ou em atendimento ao Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, devem ser comunicadas diretamente ao Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes, por meio eletrônico.  
Art. 2º De modo a evitar ou reduzir a exposição dos agentes públicos e frequentadores das unidades da Secretaria e das empresas estatais aos riscos de contágio pelo coronavírus, em especial, no período de emergência, ficam tomadas as seguintes medidas:  
I - adiamento de reuniões, sessões e audiências que possam ser postergadas, ou realizá-las, caso possível, por meio remoto;  
II – fixação, pelo período de emergência, de condições mais restritas de acesso aos prédios municipais, observadas as peculiaridades dos serviços prestados, limitando o ingresso às pessoas indispensáveis à execução e fruição dos serviços, e pelo tempo estritamente necessário;  
III – disponibilização de canais telefônicos ou eletrônicos de acesso aos interessados, como alternativa para evitar ou reduzir a necessidade de comparecimento pessoal nas unidades de atendimento;  
IV – evitar a aglomeração de pessoas no interior dos prédios municipais;  
V – suspender ou adiar, em especial em relação às pessoas inseridas no grupo de risco de evolução para os sintomas graves decorrentes da infecção pelo coronavírus, o comparecimento presencial para perícias, exames, recadastramentos, provas de vida ou quaisquer outras providências administrativas;  
VI – manter a ventilação natural do ambiente de trabalho;  
VII – determinar aos gestores e fiscais dos contratos:  
a) que notifiquem as empresas de prestação de serviços com terceirização de mão de obra, empreiteiras e organizações parceiras, exigindo a orientação e acompanhamento diário dos seus colaboradores, a adoção das providências de precaução, definidas pelas autoridades de saúde e sanitária, e o afastamento daqueles com sintomas compatíveis ou infectados pelo coronavírus;  
b) a intensificação do acompanhamento e orientação, exigindo das prestadoras de serviço de limpeza a adoção das rotinas de asseio e desinfecção no período de emergência, observadas as orientações das autoridades de saúde e sanitária, bem como especial atenção na reposição dos insumos necessários;  
c) a intensificação do acompanhamento e orientação, exigindo das prestadoras de serviço a adoção das rotinas de limpeza e manutenção dos aparelhos de ar condicionado, observadas as orientações das autoridades de saúde e sanitária;  
VIII - orientar seus agentes públicos sobre a doença COVID-19 e das medidas preventivas;  
IX – disponibilização de máscaras, álcool em gel, bem como outros materiais e insumos recomendados pelas autoridades de saúde e sanitária, para todos os agentes públicos que exerçam atividades de atendimento ao público;  
X - suspensão de todo curso, oficina e evento similar, promovidos pela Secretaria e pelas empresas estatais.  
Parágrafo único. O atendimento presencial deverá ser mantido, porém mediante prévio agendamento.  
Art. 3º As chefias imediatas deverão submeter ao regime de teletrabalho:  
I - pelo período de 7 (sete) dias, contados da data do reingresso, o agente público que tenha regressado do exterior, advindo de área não endêmica, ainda que sem sintomas compatíveis com quadro de infecção pelo coronavírus;  
II - pelo período de 14 (catorze) dias, o agente público:  
a) que tenha regressado do exterior, advindo de regiões consideradas, segundo as autoridades de saúde e sanitária, endêmicas pela infecção do coronavírus, a contar da data do seu reingresso no território nacional;  
b) acometido de sintomas compatíveis com o quadro de infecção pelo coronavírus, conforme orientação das autoridades de saúde e sanitária, a contar da comunicação efetuada pelo agente público.  
III – pelo período de emergência:  
a) as agentes públicas gestantes e lactantes;  
b) os agentes públicos maiores de 60 (sessenta) anos, inclusive;  
c) os agentes públicos expostos a qualquer doença ou outra condição de risco de desenvolvimento de sintomas mais graves decorrentes da infecção pelo coronavírus, nos termos definidos pelas autoridades de saúde e sanitária.  
§ 1º A execução do teletrabalho, nas hipóteses preconizadas nos incisos do “caput” deste artigo consistirá no desenvolvimento, durante o período submetido aquele regime, das tarefas habituais e rotineiras desenvolvidas pelo agente público, quando passíveis de serem realizadas de forma não presencial, ou de cumprimento de plano de trabalho ou tarefas específicas, de mensuração objetiva, compatíveis com as atribuições do cargo ocupado pelo agente público, de sua unidade de lotação e com o regime não presencial.

§ 2º Caso não seja aplicável o regime de teletrabalho aos agentes públicos descritos no inciso III deste artigo, deverá ser evitado a sua escala, pelo período de emergência, em postos de atendimento direto, com grande fluxo ou aglomeração de pessoas, realocando-os para realização de serviços internos.  
§ 3º Não será aplicado aos agentes públicos descritos no inciso III deste artigo, desde que sejam lotados em unidades que prestem serviços essenciais, a obrigatoriedade do regime de teletrabalho.  
Art. 4º As chefias imediatas poderão instituir regime de teletrabalho, no curso do período de emergência, para agentes públicos cujas atribuições, por sua natureza e meios de produção, permitam a realização do trabalho remoto, sem prejuízo ao serviço público.  
§ 1º A instituição do regime de teletrabalho no período de emergência está condicionada:  
I – à manutenção diária na unidade de agentes públicos suficientes para garantir o atendimento;  
II - à inexistência de prejuízo ao serviço.  
§ 2º Na impossibilidade de implantação do regime de teletrabalho, ainda que parcial, as chefias imediatas reorganização da jornada de trabalho dos agentes públicos, permitindo que o horário de entrada ou saída, ou ambos, recaiam fora dos horários de pico de aflicção ao sistema de transporte público da Capital, se possível em turnos.  
Art. 5º Mediante avaliação da chefia imediata e desde que não haja prejuízos para os serviços da unidade, deverão ser deferidas aos servidores férias acumuladas ou antecipadas as férias programadas, com priorização para os agentes públicos que se enquadrem nas situações do inciso III do artigo 3º desta Portaria.  
Art. 6º Fica dispensado o comparecimento dos estagiários da Secretaria e das empresas estatais.  
Art. 7º Ficam vedados, ao longo do período de emergência, os afastamentos para viagens ao exterior. Art. 8º Os casos omissos serão decididos pelo Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes.  
Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto durar a situação de emergência, suspendendo-se as disposições em contrário.  
**Processo nº 6020.2020/0001050-7. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes. Contratação de serviços de fiscalização de trânsito eletrônica – Lote 3 – Contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93.**  
I. Diante dos elementos de convicção que integram o presente, especialmente as manifestações da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, da Divisão de Finanças e da Assessoria Jurídica desta Pasta, que adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, com fundamento no artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93, a contratação do **CONSORCIO SV – SPLICE-VELSIS**, inscrito no CNPJ nº 19.741.353/0001-70, constituído pelas empresas SPLICE INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (líder do consórcio), CNPJ nº 06.965.293/0001-28; e VELSIS SISTEMAS E TECNOLOGIA VIÁRIA S/A, CNPJ nº 07.877.926/0001-09, para a continuidade da prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito e outros, com equipamentos/sistema eletrônico no Município de São Paulo – Lote 3, em razão do vencimento do Contrato nº 05/SMT.GAB/2014, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 21/03/2020, pelo valor total estimado de R\$ 22.800.115,98 (vinte e dois milhões, oitocentos mil, cento e quinze reais e noventa e oito centavos).  
II. **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho, que deverá onerar a dotação 87.10.26.572.3009.4.703.3.3.90.39.00.08 do orçamento vigente, conforme Nota de Reserva nº 19.376/20, no valor total da contratação, mencionado no item I deste despacho.  
III. Fica a referida empresa convocada a prestar a garantia contratual, no valor de R\$ 1.140.005,80 (um milhão, cento e quarenta mil, cinco reais e oitenta centavos), correspondente a 5% do valor contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data da assinatura do ajuste.  
IV. Aprovo a minuta do termo de contrato inserida no presente processo administrativo.  
V. A Contratada fica, ainda, convocada para firmar o Termo de Contrato correspondente, na Assessoria Jurídica desta Pasta, localizada na Rua Barão de Itapetininga, nº 18 - 12º andar – República, mediante apresentação da documentação de regularidade fiscal devidamente atualizada.  
**Processo nº 6020.2020/0001049-3. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes. Contratação de serviços de fiscalização de trânsito eletrônica – Lote 2 – Contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93.**  
I. Diante dos elementos de convicção que integram o presente, especialmente as manifestações da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, da Divisão de Finanças e da Assessoria Jurídica desta Pasta, que adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, com fundamento no artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93, a contratação do **CONSÓRCIO SÃO PAULO DE FISCALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE TRÂNSITO**, inscrito no CNPJ nº 20.168.667/0001-05, constituído pelas empresas FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA. (líder do consórcio), CNPJ nº 00.113.691/0001-30; MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., CNPJ nº 16.383.848/0001-87; e SITRAN – SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA., CNPJ nº 16.502.551/0001-93, para a continuidade da prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito e outros, com equipamentos/sistema eletrônico no Município de São Paulo – Lote 2, em razão do vencimento do Contrato nº 04/ SMT.GAB/2014, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 21/03/2020, pelo valor total estimado de R\$ 21.405.609,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e nove reais).  
II. **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho, que deverá onerar a dotação 87.10.26.572.3009.4.703.3.3.90.39.00.08 do orçamento vigente, conforme Nota de Reserva nº 19.377/20, no valor total da contratação, mencionado no item I deste despacho.  
III. Fica a referida empresa convocada a prestar a garantia contratual, no valor de R\$ 1.070.280,45 (um milhão, setenta mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos), correspondente a 5% do valor contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data da assinatura do ajuste.  
IV. Aprovo a minuta do termo de contrato inserida no presente processo administrativo.  
V. A Contratada fica, ainda, convocada para firmar o Termo de Contrato correspondente, na Assessoria Jurídica desta Pasta, localizada na Rua Barão de Itapetininga, nº 18 - 12º andar – República, mediante apresentação da documentação de regularidade fiscal devidamente atualizada.  
**Processo nº 6020.2020/0001051-5. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes. Contratação de serviços de fiscalização de trânsito eletrônica – Lote 4 – Contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93.**  
I. Diante dos elementos de convicção que integram o presente, especialmente as manifestações da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, da Divisão de Finanças e da Assessoria Jurídica desta Pasta, que adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, com fundamento no artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93, a contratação do **CONSÓRCIO LCL**, inscrito no CNPJ nº 20.041.872/0001-05, constituído pelas empresas EGIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. (líder do consórcio), CNPJ nº 44.239.135/0005-03; CONSILUX CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ nº 81.054.900/0001-13 e LBR ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 01.573.246/0001-15, para a continuidade da prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito e outros, com equipamentos/sistema eletrônico no Município de São Paulo – Lote 4, em razão do